



História Unisinos

E-ISSN: 2236-1782

efleck@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

Morais Oliveira, Maria Izabel B.
Antônio Vieira: o paladino da soberania real
História Unisinos, vol. 15, núm. 2, mayo-agosto, 2011, pp. 306-316
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579866827016>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Antônio Vieira: o paladino da soberania real

Antonio Vieira: Champion of real sovereignty

Maria Izabel B. Morais Oliveira¹

izabarboza@ig.com.br

Resumo. O propósito deste artigo é demonstrar que no contexto da Guerra da Restauração (1640-1668), em que uma camada da nobreza portuguesa se unia ao rei espanhol Filipe IV em sua árdua luta para reaver Portugal, o padre Antônio Vieira lançou mão de todos os seus talentos de político, escritor e orador sacro em prol da soberania do rei de Portugal, D. João IV, posicionando-se contra a resistência dos nobres em relação a ele, como também lutando para fortalecer o exército de Portugal, já que este era um instrumento fundamental para a consolidação e manutenção do poder real.

Palavras-chave: Antônio Vieira, Guerra da Restauração, soberania real.

Abstract. The purpose of this paper is to demonstrate that in the context of the War of Restoration (1640-1668), in which a group of the Portuguese nobility sided with the Spanish king Philip IV in his arduous struggle to regain Portugal, Father Antonio Vieira used all his talents as a politician, writer and speaker to advocate the sovereignty of the king of Portugal, D. John IV, positioning himself against the resistance of the members of the nobility to him, but also striving to strengthen the army of Portugal, since the latter was a fundamental instrument for the consolidation and maintenance of royal power. The intentions of a human group that acted in a time that was unfavorable to the Jesuits.

Key words: Antonio Vieira, Restoration War, real sovereignty.

Antônio Vieira: o paladino da soberania real

Durante a Guerra da Restauração, que se estendeu de 1640 a 1668, Portugal foi palco de grande instabilidade política. Por um lado, o rei espanhol Filipe IV, apoiado por parte da nobreza portuguesa, empenhou-se para ter de volta o domínio de Portugal. Por outro, o rei português D. João IV lutava para assegurar a independência recém-conquistada. Nesta batalha, os jesuítas portugueses se posicionaram claramente a favor deste rei. O objetivo deste trabalho é mostrar que o empenho do padre Antônio Vieira para a construção de um exército forte em Portugal e a sua aversão à resistência dos súditos em relação

¹ Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Doutora em História Cultural pela Universidade de Brasília. Professora de História Moderna na Universidade Federal do Maranhão.

aos reis estavam estreitamente relacionados à sua batalha em favor da soberania real portuguesa.

Utilizaremos como fontes alguns textos de circunstâncias concebidos por Antônio Vieira desde a década de 1640 até a década de 1660: *Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as da Holanda* (1940a [1640]); *Sermão de Santo Antônio* (1995c [1642]); *Proposta a El-Rei D. João IV* (1995b [1643]); *Sermão da domingo vigésima segunda post pentecosten* (1940b [1649]); *Carta ao príncipe Teodósio*, redigida em 1650; *Sermão de São Roque* (1995a [1652]); livro antepreimeiro da *História do futuro* (2005 [1664-1665]).

Para uma melhor compreensão do pensamento político de Antônio Vieira a respeito da sua defesa da soberania real portuguesa, lançaremos mão da metodologia de interpretação de textos conhecida por contextualismo linguístico, defendida e divulgada pelo historiador inglês Quentin Skinner, da Escola de Cambridge, Inglaterra, no final da década de 1960 e decorrer da década seguinte. Tal metodologia consiste em relacionar o texto ao contexto histórico em que foi produzido, buscando perceber quais as intenções do autor no momento de sua produção. Leva em conta que o autor concebe o seu texto como resposta aos problemas de sua época, buscando intervir nos acontecimentos (cf. Skinner, 1999, p. 13; Cardoso e Vainfas, 1997, p. 377-379; Rosanvallon, 1995, p. 9-22; Tuck, 1992, p. 274-275).

Antônio Vieira nasceu em Lisboa, no dia 6 de fevereiro de 1608. Em 1614, partiu com os pais para a Bahia, fixando residência em Salvador, onde o seu pai passou a trabalhar como escrivão. Foi em um colégio jesuíta que o pequeno Antônio Vieira fez os seus primeiros estudos. Contra a vontade dos pais, aos 15 anos de idade ele ingressou no noviciato da Companhia de Jesus. Nesta ordem religiosa, em 1625 ele professou três votos: obediência, pobreza e castidade. Ordenou-se padre em 1634. Em 1643, pronunciou o último voto de obediência ao papa, tornando-se um jesuíta professo (cf. Aleixo, *in* Vieira, 2005, p. 29-30; Azevedo, 1931, p. 11-14, 32, 87; Delumeau, 1997, p. 187).

Antônio Vieira nasceu durante a União Ibérica, 1580 a 1640. Com o misterioso desaparecimento do rei português D. Sebastião em Marrocos, na Batalha de Alcácer-Quibir, em 1578, dois anos depois houve a união das coroas espanhola e portuguesa. Deste modo, o rei Filipe II da Espanha passou a reinar também em Portugal, onde recebeu o título de Filipe I (cf. Aleixo, *in* Vieira, 2005, p. 30).

No ano de 1640, o descontentamento com o domínio espanhol levou algumas camadas da nobreza a se insurgirem contra Filipe IV de Espanha, e III de Portugal, para recuperar a coroa portuguesa. O resultado dessa

insurreição foi a coroação do duque de Bragança como D. João IV, em 1 de dezembro de 1640 (cf. Azevedo, 1931, p. 54). Os jesuítas portugueses apoiaram a Restauração de Portugal (cf. Aleixo, *in* Vieira, 2005, p. 30).

No ano seguinte, o Marquês de Montalvão, Vice-Rei do Brasil, enviou uma comissão para Lisboa com o objetivo de mostrar solidariedade ao novo rei de Portugal, D. João IV. Tal comissão era formada por D. Fernando de Mascarenhas, filho do Marquês de Montalvão, e por dois padres jesuítas, o Padre Simão de Vasconcelos e o Padre Antônio Vieira (cf. Aleixo, *in* Vieira, 2005, p. 30; Cidade, 1940, p. 32; Azevedo, 1931, p. 56).

Neste ano de 1641, Antônio Vieira passou a residir em Lisboa e foi muito bem recebido na corte (cf. Cidade, 1940, p. 35). Neste ambiente, ele foi um assíduo visitante, conquistando a simpatia de D. João IV desde o primeiro instante. Antônio Vieira era imensamente “estimado pela conversação viva, atendido pela lúcida compreensão dos negócios do Estado” (Azevedo, 1931, p. 59). Entre o rei e o padre jesuíta se estabeleceria uma grande e eterna amizade (cf. Aleixo, *in* Vieira, 2005, p. 30).

A sincera e sólida amizade estabelecida com D. João IV rendeu bons frutos a Antônio Vieira. Ele passou a pregar na Igreja de São Roque em Lisboa e na Capela Real, onde pregava diante do rei. Antônio Vieira tornou-se cada vez mais íntimo da família real. Desse modo, D. João IV o convidou para assumir o cargo de conselheiro de Estado. É bom lembrar que durante o período em que trabalhou para a Coroa portuguesa, estando ocupado com os assuntos do Estado, Antônio Vieira não deixou de se dedicar aos seus escritos, não abandonou o púlpito e as obrigações religiosas, nem a humilde moradia com os companheiros jesuítas.

No processo de consolidação da nova dinastia portuguesa e conservação da independência de Portugal, Antônio Vieira atuou ativamente, desde 1641, quando chegou a Lisboa, até quando partiu para o Brasil, em 1652, em sua missão junto aos indígenas (cf. Azevedo, 1931, p. 187). Nas décadas de 1640 e 1650, Antônio Vieira se engajou em missões diplomáticas na Holanda, França e Itália.

Antônio Vieira era a favor da punição dos súditos rebeldes que se insurgiam contra o poder do soberano.

No livro antepreimeiro da *História do futuro*, escrito de 1664 a 1665, período em que manteve residência forçada na cidade do Porto e esteve preso nos cárceres da Inquisição, devido a ter sido condenado por heresia pelo Santo Ofício, Antônio Vieira recorda que, durante a Guerra da Restauração (1641-1668), percebendo que não podiam vencer os portugueses por meio da força, os espanhóis buscaram se aliar a alguns nobres portugueses, tanto daqueles que viviam na Espanha como em Portugal,

que não aceitavam o novo rei, D. João IV. Porém, todos os nobres infiéis ao seu rei e à sua pátria foram castigados; os que não morreram foram exilados:

Entendeu Castela que não podia conquistar a Portugal sem Portugal; tratou de inclinar à sua devoção os grandes [...]. Alguns grandes houve entre os grandes, uns que se passaram ao serviço de El-Rei Dom Filipe, outros que, com maior ousadia, o quiseram servir em Portugal; a uns e outros castigou o mesmo braço da Providência: a estes com a vida, àqueles com o desterro (Vieira, 2005, p. 182-184).

Os 28 anos que se estendem da coroação de D. João IV, 1 de dezembro de 1640, a 1668, quando a independência de Portugal foi finalmente reconhecida pelos espanhóis, foram um período de instabilidade política. A Espanha não aceitava a independência de Portugal, assim como a inveja de uma parte da alta nobreza portuguesa a levava a não aceitar um Bragança no poder. Sendo assim, alguns nobres portugueses que viviam na Espanha e outros que viviam em Portugal aliaram-se aos espanhóis conspirando contra D. João IV.

Antônio Vieira está se referindo, particularmente, à conspiração de 1641, quando uma parcela da alta nobreza portuguesa tramou contra D. João IV, chegando à ousadia de tentar assassiná-lo. Conforme constata João Lúcio de Azevedo, no início do reinado de D. João IV, “o trono se sentia vacilante, e inimigos de dentro e de fora o ameaçavam”. A conspiração foi “afogada em sangue”, segundo o mesmo autor (Azevedo, 1931, p. 62). D. João IV puniu severamente os revoltosos por crime de lesa-majestade. Aqueles que não morreram foram punidos com o exílio definitivo perdendo suas propriedades. Mas, mesmo tendo D. João IV punido energeticamente os conspiradores, a ameaça interna não deixou de existir. Em Portugal, depois da conspiração, ainda havia alguns nobres a favor dos espanhóis (cf. Azevedo, 1931, p. 62).

Neste processo de consolidação da nova dinastia e conservação da independência de Portugal, Antônio Vieira atuou ativamente, desde quando chegou a Lisboa, em 1641, até 1652, quando partiu para o Maranhão. Aliás, este foi o período em que ele mais participou das discussões políticas de Portugal.

Antônio Vieira acreditava que a maior ameaça aos reis vinha da alta nobreza residente na corte. Num sermão pregado na quaresma de 1651, ele observa que a corte era o lugar no qual os aduladores e intrigantes reinavam. Alerta D. João IV para que se mantenha vigilante e tome cuidado com os bajuladores que se aproximavam dele apenas por interesse e não por amor. Para

Antônio Vieira, os cortesãos de D. João IV eram aranhas de palácio. Assim como a aranha, eles iam tecendo suas teias em torno do rei de uma forma tão sutil que, se ele não tomasse cuidado, acabariam colocando em risco o seu poder. Na corte viviam os seus maiores inimigos:

A aranha, diz Salomão, não tem pés, e sustentando-se sobre as mãos mora nos palácios dos reis. Bom fora que moraram nos palácios dos reis, e tiveram neles grandes lugares os que só têm mãos. Mas a aranha não tem pés, e tem pequena cabeça, e sabe muito bem o seu canto. Sobe-se mão ante mão a um canto dessas abóbadas douradas, e a primeira coisa que faz é desentranhar-se toda em finezas. Com estes fios tão finos que ao princípio mal se divisam, lança suas linhas, arma seus teares, e toda a fábrica se vem a rematar em uma rede para pescar e comer. Tais são [diz o rei que mais soube] as aranhas de palácio. Quem vir ao princípio as finezas com que todas se desenfadam e desentranham em zelo do serviço do príncipe; parece que o amor do mesmo príncipe é o que unicamente as trouxe ali; mas depois que armaram os teares como tecedeiras, e as redes como pescadores, logo se descobre que toda a teia, por mais fina que parecesse, era urdida e endereçada a pescar, e não a pescar moscas. E se não veja-se o que todos pescam: as melhores comendas, os títulos, as presidências, os senhórios, e talvez, diz o mesmo Salomão, que sendo a malha tão miúda pescam o mesmo dono da casa. As palavras brandas do adulador são redes que ele arma para tomar nelas o mesmo adulado. E este é o artifício sem arte dos aduladores reais. Servem lisonjeiramente aos príncipes, para ganhá-los, ou lhes ganhar a graça, e para se servirem da mesma graça para os fins que só pretendem de seus próprios interesses. E como por declaração do mesmo legislador do nosso texto ninguém pode servir a dois senhores sem amar a um e ser inimigo do outro, provado fica sem réplica, e concluído, que quantos forem no palácio os amigos de seus interesses, tantos são os inimigos dos reis (Vieira, in Azevedo, 1931, p. 189-190).

Para Antônio Vieira, neste mesmo sermão, a maior responsável pelas “catástrofes dos reinos e os fins mal afortunados dos reis” era a alta nobreza cortesã. (Vieira, in Azevedo, 1931, p. 190). Por isso, ele tenta abrir os olhos de D. João IV, que ouvia o seu sermão, em relação aos bajuladores que viviam próximos a ele.

No pensamento de Antônio Vieira aparece a questão dos grandes que se aproximavam do Delfim para jogá-lo contra o rei. No *Sermão de São Roque*, pronunciado em agosto de 1652, na igreja dos jesuítas, Antônio Vieira recorda que ele vivia na corte portuguesa, mantinha uma estreita amizade com D. João IV e o príncipe Teodósio,

mas não tinha nenhum interesse e, por isso, se contentava com as graças recebidas dos dois. Já alguns ministros aproveitavam-se da aproximação que tinham com o rei e o Delfim para semear a divisão entre eles (cf. Azevedo, 1931, p. 190). Nos próprios termos de Antônio Vieira, “bem sei eu quem tem a graça do pai e mais a do filho; e se o seu desinteresse se não contentará só com a graça, pode ser que os ministros que se atravessam entre um e outro lha não deixaram em paz” (Vieira, in Azevedo, 1931, p. 190).

Antônio Vieira está se referindo às amargas consequências da carta que escreveu de Roma ao príncipe Teodósio. Em 1650, Antônio Vieira estava em Roma, onde se encontrava desde janeiro deste ano, em uma dupla e arriscada missão diplomática: propor o casamento do príncipe D. Teodósio com Dona Maria Teresa da Áustria, filha do rei da Espanha, e incentivar os revoltosos de Nápoles contra ele, ao mesmo tempo (cf. Azevedo, 1931, p. XXXI, 172-173, 175). Desde março, Lisboa estava em polvorosa; já que, vendo um lado de Portugal desprotegido, a Espanha tencionava invadi-lo. Diante disso, o príncipe Teodósio, com apenas 16 anos de idade, havia feito em conselho um belíssimo discurso propondo a resistência. Porém, uma parcela da nobreza, certamente afeiçoada aos espanhóis, se manifestava a favor de um acordo que beneficiava esses últimos (cf. Azevedo, 1931, p. 181-182).

De Roma, extremamente preocupado com a situação, Antônio Vieira escreveu uma carta ao príncipe Teodósio, em 23 de maio de 1650, lamentando por não estar em Lisboa para assisti-lo de perto, mas se propõe a fazê-lo mesmo assim. Dá a entender que D. Teodósio havia herdado de D. João IV a aversão pelos campos de batalha. Sendo assim, busca animá-lo, despertar nele um espírito de guerreiro. Incita o príncipe a ir ao exército, a defender-se (cf. Azevedo, 1931, p. 183; Vieira, in Pécora, 1995, p. 227-230). Ao ler a carta, D. João IV, desconfiado e zeloso de sua autoridade, ficou sobressaltado (cf. Azevedo, 1931, p. 183).

Essa carta ao príncipe Teodósio só trouxe dissonâncias para Antônio Vieira. Além do príncipe não ter ido ao exército, como ele queria, os seus inimigos utilizaram-na para despertar a desconfiança de D. João IV contra ele. Os inimigos de Antônio Vieira se fortaleciam até mesmo com o seu fracasso nas missões diplomáticas (cf. Azevedo, 1931, p. 186). De fato, a missão diplomática na qual ele estava engajado em Roma fracassou, pois não atingiu nenhum dos dois objetivos. Sendo assim, voltou para Lisboa em junho de 1650 (cf. Azevedo, 1931, p. 179-180). Na verdade, Antônio Vieira não teve sorte em nenhuma de suas missões diplomáticas; as missões anteriores também fracassaram (cf. Azevedo, 1931, p. 185).

Como vimos, no *Sermão de São Roque*, pregado em agosto de 1652, Antônio Vieira reconhece que muitos daqueles que tinham cargos importantes na corte e transitavam livremente entre o rei e o Delfim procuravam jogar um contra o outro. Mas, como ele estava próximo de ambos por amor, e não por interesse, iria se afastar da corte, para que as invejas dos cortesãos não colocassem em risco a graça que, apesar das intrigas, ainda recebia deles (cf. Vieira, in Azevedo, 1931, p. 191). Na verdade, por meio deste sermão, Antônio Vieira estava se despedindo da corte de Lisboa.

Neste momento, vendo-se cercado de inimigos por todos os lados, tanto na corte como fora dela, Antônio Vieira percebe que é a hora de retirar-se. Resolve lançar-se na missão do Brasil, junto aos indígenas no Maranhão (cf. Azevedo, 1931, p. 187). A sua carreira política chega ao fim. Mas, apesar das intrigas que os invejosos palacianos teciam contra ele perante D. João IV, “o favor do rei permanecia intacto”. Ele estava se despedindo da política, mas não das graças do rei (cf. Azevedo, 1931, p. 189).

Antônio Vieira partiu magoado com D. João IV, pois sentia que o rei estava desconfiado dele, devido a dar ouvidos às intrigas dos seus inimigos cortesãos. No *Sermão de São Roque*, de agosto de 1652, Antônio Vieira explicita a sua mágoa em relação ao soberano. Neste sermão, é possível perceber que ele estava magoado diante da ingratidão de D. João IV, que não soube reconhecer todo o esforço que fizera para fortalecê-lo e defendê-lo. Deixa claro que seguirá o exemplo de São Roque, que abandonou as cortes, deixou de servir ao rei para servir a Deus. Pois Este, sim, compensava justamente àqueles que Lhe serviam (cf. Vieira, in Azevedo, 1931, p. 191-192). Como conclui Antônio Vieira, ao referir-se a São Roque, “ditoso ele e bem-aventurado que assim o fez; e nós também seremos ditosos e bem-aventurados se assim o fizermos” (Vieira, in Azevedo, 1931, p. 192). Extremamente decepcionado com a vida política e muito magoado com o soberano, Antônio Vieira parte para o Maranhão em 1652, para sua missão junto aos indígenas.

A ideia de que a conservação de um poderoso exército era fundamental para o príncipe conservar a paz no reino era sustentada por Antônio Vieira.

De fato, Antônio Vieira tinha consciência da importância dos impostos para a manutenção de um exército. Na *História do futuro*, ele lembra aos espanhóis que, quando se tratava da defesa de seu rei, de sua pátria e de sua liberdade, os portugueses não se importavam de pagar impostos para a guerra (cf. Vieira, 2005, p. 187-188).

Na corte de Lisboa, Antônio Vieira era um pregador entusiasmado que pregava em favor do novo governo. Ele convocava os portugueses “aos sacrifícios necessários para assegurar a redenção da pátria” (Azevedo, 1931,

p. 71). No dia anterior à reunião das Cortes para tratar dos subsídios necessários à segurança do reino, pregou o *Sermão de São Roque*, no qual criticava os portugueses por estarem cientes de que os impostos eram indispensáveis para a segurança de seu país frente à Espanha, mas ninguém pagava (cf. Azevedo, 1931, p. 71-72). Segundo Antônio Vieira, “os muito poderosos por privilégios, os pouco poderosos por impossibilidade”. E mais, “cada um trata de lançar a carga aos ombros do outro, e talvez cai no chão porque não há quem a sustente” (Vieira, in Azevedo, 1931, p. 72). O objetivo de Antônio Vieira era conscientizar a todos da obrigação desse sacrifício (cf. Azevedo, 1931, p. 72).

No ano de 1642, o novo rei de Portugal, D. João IV, convocou novas Cortes, pois estas “precisavam adotar medidas urgentes de fortalecimento do reino de modo a sustentar a guerra contra a poderosa Castela e ainda suportar os ataques dirigidos por Holanda contra as suas possessões d’além-mar” (Pécora, 1995, p. XI). As novas Cortes se reuniram em 15 de setembro de 1642 para resolver a questão dos subsídios para a manutenção da segurança de Portugal. Na véspera, Antônio Vieira pregou o *Sermão de Santo Antônio*, na Igreja das Chagas de Lisboa, no qual lembra aos portugueses que, para conservar a restauração de Portugal, era necessário que todos pagassem impostos. Neste sermão, propõe a distribuição justa dos tributos. Segundo ele, os impostos eram pesados porque recaíam somente sobre o povo, enquanto que o clero e a nobreza eram isentos deles; se fossem divididos em todas as classes se tornariam leves. Antônio Vieira busca justificar a obrigação de todas as classes em pagá-los (cf. Vieira, in Pécora, 1995, p. 3-31).

Antônio Vieira sabia que, para formar e conservar um forte exército, os reis precisavam aumentar os seus recursos.

No livro antepreimeiro da *História do futuro*, Antônio Vieira observa que os espanhóis se enganaram pensando que os recursos de Portugal diminuiriam com a guerra. Pelo contrário, devido à crescente riqueza advinda de seu próspero comércio, Portugal podia renovar cada vez mais o seu exército:

Acha-se Portugal mais rico e abundante que nunca das utilíssimas drogas de seus comércios. [...] o certo é que as rendas e cabedais do Reino, assim públicos como particulares, com o tempo e continuação da guerra, não têm padecido a quebra e diminuição que o discurso lhes prognosticava; antes se prova, com evidente e milagrosa demonstração da experiência que a subsistência do Reino está hoje mais grossa, mais florente e opulenta que no princípio da guerra; pois crescendo mais os engenhos e despesas dela, ao mesmo passo pa-

rece que ou crescem ou se manifestam novos tesouros, com que se sustentam até agora e se sustentam todos os anos sempre mais e maiores exércitos, tão notáveis por seu número e grandeza [...]. Nenhum ano se pôs em campo exército tão grande que no seguinte se não pusesse outro maior. [...] Deste comércio lhe vêm as riquezas com que pode pagar e premiar seus exércitos (Vieira, 2005, p. 190-191).

Após a Restauração, em 1640, o maior problema para Portugal era a falta de recursos. Os gastos com a guerra contra a Espanha eram enormes. Dentre os problemas de Portugal encontravam-se a desorganização e enfraquecimento do exército, a exaustão das finanças e a quase ruína do comércio. Para Antônio Vieira, tal situação ameaçava a conservação da coroa portuguesa.

Durante toda a década de 1640, Antônio Vieira lutou para que D. João implantasse uma companhia de comércio, segundo o modelo holandês, para aumentar os seus recursos e assim poder bancar um grande exército para defender-se dos ataques da Espanha.

No início da década de 1640, visando aumentar os recursos de Portugal, Antônio Vieira propôs a D. João a criação de uma companhia de comércio. Em *Razões apontadas a El-Rei D. João IV a favor dos cristãos novos*, de 1641, ele diz ao rei: “Senhor, Portugal não se pode conservar na guerra presente e muito menos na que infalivelmente havemos de ter sem muito dinheiro; para este dinheiro não há meio mais eficaz nem Portugal tem outro senão o comércio” (Vieira, in Azevedo, 1931, nota de rodapé, p. 112). Antônio Vieira mostrava nesse documento o quanto o capital dos judeus portugueses, que viviam espalhados pela Europa, era imprescindível para a criação e expansão dessas duas companhias de comércio (cf. Pécora, 1995, p. XIII).

Na *Proposta a El-Rei D. João IV*, de 1643, Antônio Vieira apresentava ao rei o miserável estado em que se encontrava Portugal e o quanto era necessário que ele admitisse os comerciantes judeus espalhados por diversas partes da Europa. Antônio Vieira lembra a D. João IV que era preciso muito dinheiro para se manter um exército. Se a situação do reino continuasse como estava, os portugueses jamais poderiam ajudá-lo em casos de necessidade, pois não teriam condições de pagar mais tributos do que já vinham pagando:

Posto que o poder militar conste e se componha de gente, armas, munições, cavalos, etc., tudo isso se reduz a dinheiros; e é certo, que perseverando as coisas de Portugal no estado presente, nunca o reino poderá socorrer a vossa majestade com maiores somas, do que houve estes anos (Vieira, in Pécora, 1995, p. 286).

Antônio Vieira recorda que Portugal se encontrava desprotegido devido à precariedade de seu poder militar: “as fronteiras e cidades [...] estão sem fortificações, os portos abertos, a costa e lugares marítimos desprovidos, o rio de Lisboa quase sem armadas, Alentejo com pouca cavalaria, e as outras províncias sem alguma”. Adverte que Portugal não tinha recursos para sustentar um poderoso exército para fazer frente à Castela, e nem de refazê-lo, caso necessário: “com que se há de sustentar um poderoso exército para resistir às forças de Castela e com que se há de refazer este, no caso que se rompa ou diminua?” (Vieira, *in* Pécora, 1995, p. 287). Segundo Antônio Vieira, a situação do reino estava tão difícil que logo os portugueses não poderiam se manter, quanto mais pagar impostos para sustentar os gastos com a guerra (cf. Vieira, *in* Pécora, 1995, p. 287-288).

A solução apresentada por Antônio Vieira a D. João IV era que ele admitisse no reino os ricos mercadores portugueses judeus que se encontravam espalhados pela Europa. Somente com o dinheiro deles, conforme Antônio Vieira, o rei aumentaria seus próprios recursos e poderia sustentar as excessivas despesas do exército com a guerra (cf. Vieira, *in* Pécora, 1995, p. 291-292). Conforme ele, “estes homens hão de meter neste reino grande número de milhões, dos quais se poderá vossa majestade socorrer em um caso de necessidade” (Vieira, *in* Pécora, 1995, p. 293-294). Mais à frente, diz ele:

*Quanto crescerão as rendas de vossa majestade, admitindo os homens de negócio, que nunca foram tão ricos, nem tão poderosos como hoje estão no mundo. Enfim, senhor, Portugal não se pode conservar sem muito dinheiro, e para o haver, não há meio mais eficaz, que o do comércio, e para o comércio não há outros homens de igual cabedal e indústria aos de nação. Admitindo-os vossa majestade poderá sustentar a guerra de Castela, ainda que dure muitos anos (Vieira, *in* Pécora, 1995, p. 294).*

Antônio Vieira aconselha o rei a seguir o exemplo dos holandeses, que conservaram sua independência em relação à Castela por meio do comércio (Vieira, *in* Pécora, 1995, p. 294).

Objetivando o fortalecimento e conservação de Portugal, no *Sermão de São Roque*, pregado em 1644, ele propõe ao rei a criação de duas Companhias de Comércio Ultramarino, uma oriental e outra ocidental, segundo o modelo holandês (cf. Pécora, 1995, p. XII). D. João IV instituiu a companhia de comércio ocidental, em 1644, na qual houve a contribuição de inúmeros cristãos novos (cf. Azevedo, 1931, p. 162).

Como vimos, Antônio Vieira era um homem de ação. Falava e escrevia para intervir na vida de seus con-

temporâneos. Ele lutou com todas as armas que possuía a favor da Restauração de Portugal. No período em que frequentou a corte de Lisboa, de 1641 a 1652, além de conselheiro do rei e diplomata, foi pregador régio. Em Lisboa, nos momentos em que não estava em viagem à França, Itália e Holanda, em suas difíceis missões diplomáticas, subia no púlpito para pregar os seus inúmeros sermões, utilizando-se de seu talento de orador para atingir seu objetivo. Como observa Aleixo, Antônio Vieira foi um “notável orador sacro, como Bossuet na França” (Aleixo, *in* Vieira, 2005, p. 31). Esses momentos, digamos ociosos, também foram dedicados para redigir algumas de suas obras mais importantes. Por volta de 1649, talvez antes, Antônio Vieira já delineava os primeiros rascunhos de sua *História do futuro*, que foi concluída por volta de 1669.

Nas pregações e nos escritos de Antônio Vieira, as esferas sagrada e política estavam estreitamente ligadas. Para dizer a verdade, ele recorria à primeira para justificar a segunda. De fato, lançou mão de sua alta capacidade de manejar as palavras falada e escrita para defender a Restauração de Portugal. Conforme Hernani Cidade,

[o] pregador admirável era homem que a natureza talhava para a ação, e no teatro do mundo, muito mais do que para as meditações no silêncio do claustro [...]. Não subia ao púlpito pelo mero prazer de deslumbrar o auditório com a ágil acrobacia de sua dialética [...]. Falava e escrevia sobretudo no intuito de, pela eficiência da palavra, intervir na vida de seus contemporâneos; e não apenas na vida em seus aspectos moral e religioso, senão também no aspecto social e político, mais diretamente suscitadores de ação [...]. Ninguém [...] mais fundamentalmente viveu o drama coletivo do Portugal Restaurado (Cidade, 1940, p. IX-X).

Quando Antônio Vieira escreveu o livro ante primeiro da *História do futuro*, de 1664 a 1665, Portugal também contava com um exército organizado e forte, graças ao esforço anterior de D. João IV, que havia morrido em 1656. Em 1665, o trono português era ocupado por D. Afonso VI, o segundo filho de D. João IV, já que o príncipe Teodósio havia falecido antes dele. D. Afonso VI deu continuidade aos esforços de seu pai. O empenho de Antônio Vieira como conselheiro junto ao rei D. João IV não pode ser esquecido. Como vimos, quando chegou a Lisboa, em 1641, Antônio Vieira encontrou em Portugal um exército fraco e desorganizado para enfrentar a Espanha, que na época era a maior potência do mundo. Ele entendia muito bem de economia e apresentava soluções concretas e ousadas para que D. João IV obtivesse recursos para manter um poderoso exército e conservar a sua independência frente aos espanhóis.

É claro que, apesar de não fazer nenhuma referência clara a este respeito, o fortalecimento do exército, tão desejado por Antônio Vieira, também visava combater os inimigos internos dos reis de Portugal. Como muitos dos inimigos internos da coroa portuguesa eram aliados dos espanhóis, ao combater os últimos, os reis estariam ao mesmo tempo combatendo os primeiros.

Antônio Vieira não tinha nenhuma dúvida de que a alta nobreza cortesã era a maior inimiga dos reis. Tanto é que ele alertou D. João IV a este respeito no sermão pregado diante dele, na quaresma de 1651.

Como os demais defensores do poder real de sua época, Antônio Vieira acreditava que, para promover e conservar a paz no reino, os príncipes precisavam de um exército poderoso. Pois somente dessa maneira eles poderiam combater os grandes que se levantavam contra o poder centralizado, símbolo da ordem e da paz.

No livro ante primeiro da *História do futuro*, escrito de 1664 a 1665, e em seu *Sermão da domingo vigésima segunda post pentecosten*, pronunciado em 1649, Antônio Vieira advogou a favor da soberania real.

Antônio Vieira professava a doutrina defendida por São Paulo, no capítulo XIII de sua *Epístola aos Romanos*, segundo a qual todos os governantes são estabelecidos por Deus. No livro ante primeiro da *História do futuro*, afirma que Deus dá o império aos reis (cf. Vieira, 2005, p. 146). Segundo ele, os príncipes legítimos são chamados e destinados por Deus ao império (cf. Vieira, 2005, p. 208). É Deus quem funda os reinos. Deus fundou o reino de Portugal (cf. Vieira, 2005, p. 216-217). Conforme seus próprios termos, “Portugal com singularidade única entre todos os reinos do mundo foi reino dado, feito e levantado por Deus” (Vieira, 2005, p. 216). E ainda: “Cristo por sua própria pessoa fundou o reino de Portugal” (Vieira, 2005, p. 217).

Porém, ao discorrer sobre a origem da sociedade política, quanto se trata de saber de onde vem o poder dos reis no momento do estabelecimento do governo, Antônio Vieira comunga da ideia tradicional da Igreja, defendida por São Tomás de Aquino, segundo a qual o poder vem de Deus aos homens e estes o transmitem ao governante. No livro segundo da *História do futuro*, concebido provavelmente entre 1649 e 1669, deixa claro que, em seu entendimento, entre os títulos necessários para ser considerado um rei legítimo encontra-se o do consentimento e aceitação de todos os homens (cf. Vieira, 2005, p. 406-408). Segundo ele,

[e]ste título é o mais natural e jurídico entre os homens, em cujas comunidades, quando querem viver juntos e politicamente, pôs Deus, como autor da natureza, o poder e jurisdição suprema de eleger e

nomear príncipes. Assim o tem a comum sentença de todos os juristas e teólogos, e o alcançaram e ensinaram antes deles, por lume natural, Aristóteles [...] e Platão (Vieira, 2005, p. 408-409).

Antônio Vieira defende a doutrina paulina segundo a qual os reis são a imagem de Deus na terra; portanto, os súditos lhes devem total obediência. Desobedecê-los será o mesmo que desobedecer ao próprio Deus, incorrendo tal ato em um crime.

Primeiramente, Antônio Vieira professa a ideia aceita por todos os cristãos de que o homem foi feito à imagem e semelhança de Deus. No *Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as da Holanda*, pronunciado em 1640, ele diz: “Muito honrastes, Senhor, ao homem na criação do mundo, formando-o com vossas próprias mãos [...] imprimindo nele o caráter de vossa imagem e semelhança” (Vieira, in Cidade, 1940, p. 179).

Em seguida, Antônio Vieira empenha-se em salientar o caráter sagrado da realeza, defendido por São Paulo, com o objetivo de mostrar que os reis são imagens de Deus na terra, são seus lugares-tenentes. Em seu *Sermão da domingo vigésima segunda post pentecosten*, pronunciado em 1649, conforme ele, Deus fez o homem à sua imagem e semelhança para que governasse o mundo: “façamos o homem (disse Deus) à nossa imagem e semelhança, para que tenha a presidência e governo do mundo” (Vieira, in Cidade, 1940, p. 265). Como governador do mundo, Adão era lugar-tenente de Deus; “enquanto senhor do mundo com o governo de todos os animais, era lugar-tenente do mesmo Deus, e imagem política sua” (Vieira, in Cidade, 1940, p. 285). O caráter sagrado da realeza é tal para Antônio Vieira que ele chega a divinizá-la. Conforme ele, “os reis são os deuses da terra” (Vieira, in Cidade, 1940, p. 283).

Desse modo, ainda sustentado na doutrina paulina, Antônio Vieira adverte que os súditos devem obediência aos reis, resistir-lhes é o mesmo que resistir ao próprio Deus. De acordo com ele, no *Sermão da domingo vigésima segunda post pentecosten*, os súditos devem obedecer e reverenciar os governantes escolhidos pelo rei para representá-lo; já que eles são imagens que o representam (cf. Vieira, in Cidade, 1940, p. 287, 289, 293). Isto mostra que, em sua concepção, os reis representam a imagem de Deus na terra; por isso, os súditos devem a eles a mesma obediência que devem a Deus (cf. Vieira, in Cidade, 1940, p. 289).

No *Sermão da domingo vigésima segunda post pentecosten*, observa Antônio Vieira que muitas vezes Deus concede aos homens reis para governá-los. Porém, devido os eleitos serem iguais em condição aos de sua pátria, a eleição deles não é bem aceita pela maioria:

Não há terra mais dificultosa de governar que a pátria, nem há mando mais sofrido, nem mais mal obedecido que o dos iguais. Vivendo os hebreus governados por Deus [...] foram eles tão mal aconselhados que quiseram ser governados por homens, como as outra nações [...]. Os primeiros governadores, pois, que Deus lhes concedeu com poder e soberania real foram Saul e Davi: Saul que andava buscando as jumentas que se deram a seu pai, e Davi que andava guardando as ovelhas do seu. Não fez Deus diferença das qualidades, porque todos eram filhos de Abraão; nem a fez também dos ofícios, porque todos naquele tempo viviam de suas lavours e dos seus pastos. Só teve atenção às pessoas e aos talentos; porque assim Saul como Davi debaixo do seu saial eram homens de tão grandes espíritos, como logo mostraram as suas obras. Mas quais foram os aplausos com que foi recebida naquela república [...] a eleição destes dois governos? – A terra era a pátria e os eleitos eram iguais (como dizia) e não bastou que um fosse Saul e o outro Davi, para serem bem aceitos. Alegraram-se os parentes, murmuraram os estranhos, e os demais (que eram quase todos) ficaram descontentes (Vieira, in Cidade, 1940, p. 263-264).

Conforme Antônio Vieira, nesse mesmo sermão, a inveja e a ambição levam à revolta daqueles que não aceitam que seus iguais e não eles foram eleitos para governantes. Porém, Deus castiga severamente os revoltosos, mostrando com isso que não aceita a insubordinação dos súditos em relação aos governantes estabelecidos por Ele. Antônio Vieira busca mostrar o quanto é melhor para um povo ser governado por alguém de sua pátria do que por um estrangeiro:

É tal a maldade da condição humana e vício tão próprio da pátria, que por serem naturais, domésticas e suas as mesmas imagens, em vez de conciliarem maior veneração, obediência e respeito, degeneram em desprezo, desobediência e rebeldia. Assim lhe sucedeu a Saul e a Davi, sendo ambos eleitos por Deus e os mais dignos do governo da sua pátria. Uns obedeceram, outros se rebelaram, e em alguns durou a rebeldia não menos que sete anos inteiros, até que a experiência do seu erro os sujeitou à razão. E se buscarmos as raízes a este vício, acharemos que todo ele nasce da igualdade das pessoas, presumindo cada um que a ele se devia a eleição do lugar e a preferência. A eleição do sumo sacerdócio na pessoa de Arão foi tão mal recebida de muitos, que Datan, Abiron e Coré levantaram tal tumulto no povo, que para Deus os sossegar e castigar os rebeldes se abriu subitamente a terra, e vivos foram sepultados no inferno com todas suas casas e famílias,

e abrasados com fogo no céu mais que catorze mil homens que seguiram a mesma rebelião. E por que a seguiram? – Porque muitos deles eram iguais e parentes de Arão, e não sofriam que lhe fosse preferido. Mas tanto sente Deus e tão severamente castiga a cegueira de semelhantes ambições, tendo dado por lei ao mesmo povo, que quando em algum tempo houvesse de eleger quem os governasse a todos, não fossem outrem, senão de seus irmãos, e de nenhum modo homem estranho [...]. Finalmente, se, como diz Cristo Senhor nosso, o bom pastor é aquele que conhece as suas ovelhas e as suas ovelhas o conhecem a ele [...]; como as poderá governar e encaminhar bem o estranho, (e mais se for mercenário) que nem ele as conhece a elas, nem elas a ele? (Vieira, in Cidade, 1940, p. 289-290).

Antônio Vieira pregou este sermão quando o Maranhão foi dividido em dois governos, os quais foram dados por D. João IV a pessoas particulares residentes neste Estado. Segundo ele próprio, esta situação poderia causar inconvenientes: os maranhenses poderiam não querer obedecer e reverenciar aqueles que eram iguais a eles (cf. Vieira, in Cidade, 1940, p. 263-264). Como, para Antônio Vieira, “a obrigação dos pregadores, a quem a Escritura chama anjos da paz, é serem ministros da união e da concórdia”, um dos propósitos de seu sermão é mostrar qual é a obrigação dos súditos maranhenses em relação a esses governantes (cf. Vieira, in Cidade, 1940, p. 264).

Não é difícil perceber que, no momento em que pronuncia o *Sermão da domingo vigésima segunda post pentecosten*, Antônio Vieira tem em mente o caso de Portugal, como ele deixa claro no livro ante primeiro da *História do futuro*, redigido 15 anos depois. Neste livro, ele mostra a sua indignação quanto ao fato de que, logo após a insurreição de 1640, por meio da qual a coroa de Portugal foi recuperada aos portugueses, em vez de se alegrar por ter alguém de sua pátria para governá-la, grande parte da alta nobreza portuguesa, tanto residente na Espanha como em Portugal, passou para o lado de Filipe IV da Espanha, que reinara em Portugal como Filipe III, conspirando contra o novo rei, D. João IV (cf. Vieira, 2005, p. 182-183). Houve duas tentativas de regicídio frustradas. Referindo-se a esses fatos, observa Antônio Vieira, “maquinou-se contra a vida de El-Rei D. João por tantos meios e instrumentos (e alguns deles, sobre indecentes, sacrílegos)” (Vieira, 2005, p. 181). É claro que, no seu entendimento, o que levou a alta nobreza portuguesa a tal comportamento foi a inveja e a ambição. Parte considerável da alta nobreza não aceitava se submeter ao poder daquele que, antes da cerimônia de coroação realizada em 1 de dezembro de 1640, era apenas o duque de Bragança. Assim como no *Sermão da domingo vigésima segunda post pentecosten*, no livro ante primeiro da

História do Futuro, Antônio Vieira faz questão de mostrar que os súditos que se engajam em revoltas contra seus reis são castigados terrivelmente por Aquele que os estabeleceu (cf. Vieira, 2005, p. 184). Nessas obras, ele mostra que não entendia como é que parte da nobreza portuguesa preferia ser governada por Filipe IV, um rei estrangeiro, a aceitar o seu compatriota, D. João IV, como rei.

Ao dizer que a inveja e a ambição movem os homens a se revoltarem contra seus governantes, Antônio Vieira deixa claro qual é a sua concepção a respeito da natureza humana. A visão pessimista do homem, defendida por Santo Agostinho, também era compartilhada por Antônio Vieira. No livro antepreimeiro da *História do futuro*, observa ele, “a natureza humana sempre soberba, rebelde e ingrata” (Vieira, 2005, p. 145). Acreditamos que foram a teologia agostiniana e as revoltas dos súditos contra o rei por quem nutria sincera afeição que contribuíram para esta visão pessimista do homem em Antônio Vieira.

Como vimos, no livro antepreimeiro da *História do Futuro*, Antônio Vieira está se referindo às revoltas da alta nobreza portuguesa empreendidas contra D. João IV no início da década de 1640. Ele também tem essas revoltas em mente quando, em 1649, pronuncia o *Sermão da domingo vigésima segunda post pentecosten*. Ora, não devemos esquecer que a Revolução Inglesa de 1640 somente foi concluída em 1649, com a decapitação de Carlos I. Este evento abalou o mundo. Antônio Vieira certamente ficou consternado diante da audácia dos revoltosos ingleses que puseram abaixo a realeza e tomaram o poder na Inglaterra.

A instabilidade do trono; a coroa portuguesa constantemente ameaçada por Filipe IV, inconformado com a perda sofrida; conspirações internas da alta nobreza portuguesa aliada a esse rei espanhol contra D. João IV; duas tentativas de regicídio; os acontecimentos na Inglaterra. Tudo isso motiva Antônio Vieira a empenhar-se na defesa da soberania deste rei. Ao afirmar que os reis são estabelecidos por Deus, são a imagem de Deus na terra, são deuses e, por isso, os súditos devem obedecê-los, do contrário serão duramente castigados por Deus, ele busca vedar qualquer forma de resistência da alta nobreza portuguesa a D. João IV. Assim, acredita estar contribuindo para o fortalecimento da autoridade deste rei e, simultaneamente, ao estabelecimento da ordem e da paz em Portugal.

Antônio Vieira foi um teólogo político em batalha a favor da soberania real. As lembranças dos perigos que o poder real havia enfrentado durante as guerras civis o levavam a afirmar que os governantes foram estabelecidos por Deus. Por isso, eram seus representantes na terra, o que os tornava pessoas sagradas e até mesmo divinas. Os súditos deviam obedecer-lhes e jamais se revoltar

contra eles, pois isso era um sacrilégio. Deus castigava aqueles que se insurgiam contra os reis que Ele havia estabelecido. Os súditos não tinham nenhum direito de coagir os príncipes que não agiam corretamente. Somente Deus, que estava acima deles, podia julgá-los e castigá-los por seus maus procedimentos. A paz em um reino só era possível quando todo o poder se encontrava na pessoa do príncipe.

Antônio Vieira era contrário à resistência ativa dos súditos perante os seus governantes (cf. Vieira, 2005, p. 184; Vieira, *in* Cidade, 1940, p. 287, 289-290, 293). O regicídio era considerado um sacrilégio por ele (cf. Vieira, 2005, p. 181). Antônio Vieira deve ter estudado Molina, Soares, Sanches e Vasques. Todos eles defendiam a ideia, aceita por São Tomás de Aquino, de que os magistrados inferiores têm direito de resistência armada aos tiranos. Já a doutrina do tiranicídio de Mariana fora proibida de ser ensinada aos jesuítas desde 1614, por Aquaviva, o Geral da Companhia na época (cf. Azevedo, 1931, p. 37).

Em 1647, quando se encontrava na França com a missão diplomática de negociar o casamento do príncipe Teodósio com uma princesa francesa, para assim assegurar o auxílio da França a Portugal contra as investidas da Espanha, Antônio Vieira teve de ir a Dover; de lá, precisou ir a Londres (cf. Azevedo, 1931, p. 120-122). Certamente, ele não devia estar trajando a roupa característica da ordem a qual pertencia. Pois, como observa Azevedo, “passando à terra de heréticos, viam-se os jesuítas forçados a deixar a roupeta”. Segundo Azevedo, “Vieira trajava de grã, escarlate flamante; ao lado a espada, cheia a tonsura, bigode crescido. Assim andava na Holanda” (Azevedo, 1931, p. 139). E certamente na Inglaterra, neste período. Esta viagem a Londres, quando aí estava ocorrendo a Revolução Inglesa de 1640, era extremamente perigosa para um jesuíta. Nesta época, a doutrina dos puritanos, como eram denominados os calvinistas na Inglaterra, já era dominante neste país. A embaixada de Portugal em Londres estava vacante, já que o antigo embaixador, Antônio de Souza Macedo, por manter relações clandestinas com Carlos I, se indispôs com o Parlamento e saiu da embaixada. Sendo assim, se Antônio Vieira e o seu companheiro, o padre francês Jean Ponthelier, fossem perseguidos pelos puritanos, não teriam, na Inglaterra, uma proteção segura a que recorrer (cf. Azevedo, 1931, p. 122).

O curioso é que, nos poucos dias em que esteve na Inglaterra, Antônio Vieira, que era tão atento a tudo o que acontecia à sua volta, não fez a mínima menção, em seus escritos, dos fatos que incendiavam este país (cf. Azevedo, 1931, p. 122). É como se ele tivesse ignorado completamente o que aí se passava. Como observa Azevedo,

[n]esses poucos dias que passou na Inglaterra este homem tão perspicaz parece surdo ao rumor dos acontecimentos que então agitavam o país; pelo menos, se o ouviu, não lhe ficou impressão permanente, que alguma vez ressumasse em seus escritos. O rei prisioneiro, o exército constituído em poder do Estado, a nação convulsa, e uma espécie de novo judaísmo, na exuberância das aplicações bíblicas, a triunfar com a rebelião; a tão importantes fatos nem a mais leve referência em suas cartas (Azevedo, 1931, p. 122).

De Dover, Antônio Vieira escreveu uma carta para o secretário de Estado, na qual relatava a sequência da viagem que faria até chegar a Paris. Nela, não há nenhuma referência a respeito dos acontecimentos políticos da Revolução Inglesa de 1640 (cf. Azevedo, 1931, p. 123).

Será que na carta, desconhecida, que escreveu de Londres a D. João IV, Antônio Vieira fez referências à política inglesa? Se levarmos em conta o silêncio que manteve em todas as outras cartas que escreveu neste período, a resposta é não (cf. Azevedo, 1931, p. 123). Mas o desinteresse dele referente aos eventos políticos da Inglaterra torna-se compreensível se consideramos que a rígida disciplina jesuítica na qual foi educado o levava a ignorar tudo aquilo que se encontrava alheio aos seus objetivos, que, no momento, eram conseguir o auxílio da França, mediante o casamento do príncipe português com uma princesa francesa, como também fazer a paz com a Holanda. Desse modo, naquele momento, as rixas dos hereges ingleses com o rei Carlos I eram consideradas insignificantes por Antônio Vieira (cf. Azevedo, 1931, p. 123). Conforme observa Azevedo, a esse respeito,

[t]enha-se por plausível que seu espírito, formado na rígida disciplina jesuítica, possuía capacidade de abstração maravilhosa. Seguiu a sua idéia, desinteressado do mundo que o rodeava, e bastando-lhe a vida interior. Nesta conjunção, o pensamento demorava-lhe nas coisas grandes que tinha de realizar: um matrimônio de príncipes; uma paz necessária; intrigas diplomáticas que inutilizar. Com tal fito não podia demovê-lo de suas cogitações a curiosidade das cizânias de um povo herético, necessariamente mesquinhas (Azevedo, 1931, p. 123).

Certamente, Antônio Vieira sabia que os calvinistas defendiam a teoria da resistência ativa aos soberanos e não os aprovava. Pois, no *Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as da Holanda*, pronunciado em 1640, justamente quando eclodiu a Revolução Inglaterra de 1640, ele observa que “os holandeses são rebeldes a seu

rei e a Deus” (Vieira, *in* Cidade, 1940, p. 169). Isto porque, assim como os revolucionários ingleses, os holandeses, que, após ter tomado Pernambuco dos portugueses, neste ano estavam às portas da Bahia, decididos a conquistá-la, também eram calvinistas. Lembremos que a Bahia era a segunda pátria de Antônio Vieira.

Antônio Vieira acredita que, em nome da ordem e da paz no reino, os reis têm o direito de fazer a guerra contra os súditos, já esses jamais podem pegar em armas contra os reis. Isto fica claro quando, no livro antepreimeiro da *História do futuro*, redigido de 1664 a 1665, reprova a revolta da alta nobreza portuguesa contra D. João IV e, em seguida, mostra que tal revolta foi combatida com sucesso por esse rei (cf. Vieira, 2005, p. 183-184).

As recordações da instabilidade política existente durante as guerras civis contra a realeza em Portugal, no início do reinado de D. João IV, fizeram com que Antônio Vieira não admitisse, em hipótese alguma, que os súditos pudessem resistir aos governantes estabelecidos. Ele entendia que, para manter a paz em seu reino, os reis deviam combater todos aqueles que se insurgiam contra eles com armas na mão. Os súditos, pelo contrario, não tinham o direito de empreender guerra contra seus governantes; haja vista que atentar contra os reis por Deus estabelecidos seria incorrer não somente em um crime de lesa-majestade, mas em um sacrilégio, já que o seu poder vinha de Deus, o que os tornava pessoas sagradas.

Referências

- AZEVEDO, J.L. de. 1931. *História de Antônio Vieira*. 2ª ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, Tomo I, 414 p.
- CARDOSO, C.F.; VAINFAS, R. 1997. História e análise de textos. In: C.F. CARDOSO; R. VAINFAS (orgs.), *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Campus, p. 375-399.
- CIDADE, H. 1940. *Padre Antônio Vieira*. Lisboa, Agência Geral das Colônias, vol. II, 309 p.
- DELUMEAU, J. 1997. O milenarismo português. In: J. DELUMEAU, *Mil anos de felicidade: uma história do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 176-190.
- PÉCORA, A. (org). 1995. *Escritos históricos e políticos*. São Paulo, Martins Fontes, 452 p.
- ROSANVALLON, P. 1995. Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História*, 9-22.
- SKINNER, Q. 1999. Prefácio. In: Q. SKINNER, *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 9-14.
- TUCK, R. 1992. História do pensamento político. In: P. BURKE, *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo, Editora da Unesp, p. 273-279.
- VIEIRA, P.A. 2005. *História do futuro*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 527 p.
- VIEIRA, P.A. 1995a. Carta ao Príncipe Teodósio. In: A. PÉCORA (org.), *Escritos históricos e políticos*. São Paulo, Martins Fontes, p. 227-230.

- VIEIRA, P.A. 1995b. Proposta a El-Rei D. João IV. In: A. PÉCORA (org.), *Escritos históricos e políticos*. São Paulo, Martins Fontes, p. 283-304.
- VIEIRA, P.A. 1995c. Sermão de Santo Antônio. In: A. PÉCORA (org.), *Escritos históricos e políticos*. São Paulo, Martins Fontes, p. 3-33.
- VIEIRA, P.A. 1940a. Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as da Holanda. In: H. CIDADE, *Padre Antônio Vieira*. Lisboa, Agência Geral das Colônias, vol. II, p. 157-186.

- VIEIRA, P.A. 1940b. Sermão da dominga vigésima segunda *post pentecosten*. In: H. CIDADE, *Padre Antônio Vieira*. Lisboa, Agência Geral das Colônias, vol. II, p. 263-294.

Submetido em: 16/10/2010

Aceito em: 14/12/2010